

**Patrícia F.A. da Cunha Lacerda**

*Universidade Federal de Juiz de Fora  
UFJF*

patriciacunhajf@ig.com.br

## TRADUÇÃO E SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA: A LÍNGUA PODE TRADUZIR A SOCIEDADE?

***Translation and Variationist Sociolinguistics: can  
language translate society?***

---

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir o processo tradutório e, em especial, a noção de equivalência a partir dos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1972, 1982, 1994, 2001). Partindo do princípio de que os dialetos e os socioletos que compõem cada sociedade/comunidade linguística são representativos de realidades específicas, pretende-se debater qual seria o papel do tradutor como intermediador de variantes e variedades linguísticas motivadas socialmente. Conforme defendemos, uma recuperação total e estrita dos dialetos e socioletos que compõem o discurso do texto de partida não seria possível no processo tradutório, já que o tradutor sempre lida com realidades linguístico-culturais diversas. Se cada dialeto e cada socioleto reflete a heterogeneidade social que caracteriza cada língua ou comunidade linguística, não é possível ao tradutor recuperar fielmente essa heterogeneidade linguístico-social. Por mais que o tradutor busque na língua de chegada uma variedade linguística parecida ou, até mesmo, correlata àquela que caracteriza o texto fonte, ele nunca estará refletindo a mesma realidade sócio-histórico-cultural. Nesse sentido, como discutimos neste trabalho, o papel do tradutor – ao lidar com variantes/variedades linguísticas distintas – acaba consistindo em optar, nos termos de Venuti (1995), por uma postura domesticante ou estrangeirizante.

**Palavras-Chave:** processo tradutório; equivalência; Sociolinguística Variacionista.

---

### ABSTRACT

This paper intends to discuss the translation process and, in particular, the notion of equivalence based on theoretical assumptions of Variationist Sociolinguists (LABOV, 1972, 1982, 1994, 2001). Considering that the dialects and sociolects that make up each society/linguistic community represent particular realities, we debate what would be the translator's role as a mediator among linguistic variants/varieties that are socially motivated. As we discuss, a total and strict recovery from dialects and sociolects that integrate the source text's discourse wouldn't be possible in the translation process because translators always deal with realities that are linguistically and culturally different. If each dialect or sociolect reflects the social heterogeneity that characterizes each language or linguistic community, translators couldn't faithfully restore this kind of linguistic and social heterogeneity. In spite of trying to find a linguistic variety that can be similar to the one that is present in the source text, translators will never reflect the same social, historic and cultural reality. As we hope to demonstrate, the translator's role – dealing with distinct linguistic variants/varieties – is to opt for a domesticating or foreignizing attitude.

**Keywords:** translation process; equivalence; Variationist Sociolinguists.

Anhanguera Educacional S.A.

Correspondência/Contato  
Alameda Maria Tereza, 2000  
Valinhos, São Paulo  
CEP 13.278-181  
rc.ipade@unianhanguera.edu.br

Coordenação  
Instituto de Pesquisas Aplicadas e  
Desenvolvimento Educacional - IPADE

Artigo Original  
Recebido em: 20/08/2010  
Avaliado em: 28/08/2010

Publicação: 30 de setembro de 2010

## 1. INTRODUÇÃO

Considerando que a noção de equivalência é crucial para a área dos Estudos da Tradução, este artigo tem como objetivo principal (re)discutir este conceito com base no aporte teórico da Sociolinguística Variacionista. Partindo do pressuposto de que a heterogeneidade linguística é um reflexo da heterogeneidade social, pretende-se questionar se realmente é possível a língua traduzir a sociedade. Partimos, portanto, do princípio de que a língua não é utilizada de forma homogênea por todos os seus falantes. O uso de uma língua varia de época para época, de região para região, de classe social para classe social e assim por diante. Nem individualmente podemos afirmar que o uso seja uniforme. Dependendo da situação, uma mesma pessoa pode usar diferentes variedades linguísticas. Ao assumir a tarefa de estudar a covariação sistemática entre a estrutura linguística e a estrutura social ou, até mesmo, uma relação de causalidade entre essas dimensões, a Sociolinguística Variacionista promoveu um redirecionamento dos estudos linguísticos, tratando a língua como um sistema heterogêneo e multifacetado.

Com base na existência de uma indissociável relação entre a heterogeneidade linguística e a heterogeneidade social, este trabalho se propõe, então, a discutir o processo tradutório e, em especial, a noção de equivalência a partir dos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1972, 1982, 1994, 2001). Considerando que os dialetos e os socioletos que compõem cada sociedade/comunidade linguística são representativos de realidades específicas, pretende-se debater qual seria o papel do tradutor como intermediador de variantes e variedades linguísticas motivadas e marcadas socialmente. Como se espera demonstrar, o papel do tradutor, ao lidar com variantes/variedades linguísticas distintas, acaba consistindo em optar – nos termos de Venuti (1995) – por uma postura domesticante ou estrangeirizante.

A fim de promover a discussão apontada acima, primeiramente realizaremos uma incursão pela maneira como a noção de equivalência tem sido tratada na área dos Estudos da Tradução. Nossa intenção será, nesse sentido, delinear como este conceito vem sendo (re)definido ao longo do tempo. Paralelamente, analisaremos em que medida a Linguística tem influenciado as diferentes definições/concepções de equivalência.

Em um segundo momento, apresentaremos e discutiremos os principais princípios teóricos a partir dos quais se estabelece a Sociolinguística Variacionista. A partir da abordagem de conceitos e noções basilares, esperamos reiterar que a língua é uma atividade histórico-social, devendo, portanto, ser estudada de forma contextualizada e historicizada.

Posteriormente, dedicaremos nossa análise ao objetivo central deste trabalho: redimensionar a noção de equivalência com base nos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista. Como buscaremos mostrar, os processos de estrangeirização e de domesticação – os quais são sistematizados por Venuti (1995) – acabam atuando como uma consequência das diferenças dialetais e socioletais que constituem, em qualquer atividade tradutória, a língua de partida e a língua de chegada.

## 2. BREVE DISCUSSÃO ACERCA DA NOÇÃO DE EQUIVALÊNCIA

A noção de equivalência tem sido, há muito tempo, alvo de debates e controvérsias na área dos Estudos da Tradução. Nas décadas de 1960 e 1970, a partir dos pressupostos teóricos em que se estabeleciam, na Linguística, o estruturalismo e o gerativismo, a noção de equivalência alcançou um estatuto bastante relevante (RODRIGUES, 2000, p. 22-23), visto que se atribuía à língua e ao texto de partida uma importância bastante extremada. Acreditava-se, neste momento, na busca da estabilidade do significado, já que o processo tradutório estaria pautado, segundo esta visão, na comparação entre a língua de partida e a língua de chegada e no posterior estabelecimento de equivalências entre os dois sistemas linguísticos. De acordo com essa perspectiva extremamente formalista, o tradutor – enquanto agente do processo tradutório – e as questões de natureza sócio-cultural estariam fora do escopo da tradução.

Quando traçamos um paralelo entre a história dos Estudos da Tradução e a história da Linguística, observamos que, assim como as teorizações acerca da tradução passaram por um redimensionamento, a Linguística também foi caracterizada por uma mudança de paradigma. Por um longo período, prevaleceu, nos estudos linguísticos, uma concepção formalista, estabelecida, nesse caso, a partir do estruturalismo e do gerativismo.

Com a publicação do *Curso de Linguística Geral* em 1916 – obra póstuma de Ferdinand de Saussure –, instaurou-se na Linguística a noção de estabilidade do significado. Em sua obra, Saussure (1916), ao estabelecer a Linguística como a ciência da linguagem, promoveu a distinção entre a língua (*langue*) e a fala (*parole*) e assumiu que o objeto de estudo da Linguística seria a língua. A língua, para ele, seria um conjunto de signos convencionalmente estabelecidos a partir da dicotomia significante (imagem acústica) e significado (conceito). Já a fala, que é realização individual da língua, não seria sistemática e ficaria, portanto, fora do escopo da Linguística. A partir dessa concepção de

língua, a qual permaneceu durante o estruturalismo<sup>1</sup>, vemos que não há espaço para os processos de variação linguística e para a consideração de aspectos de natureza social. Embora Saussure (1916) considere que o que o signo linguístico se estabelece a partir de um “contrato social” entre os falantes, que assumiriam a convencionalidade entre significantes e significados, ele deixa fora do escopo da Linguística a efetiva relação entre a língua e a sociedade. Adotando um posicionamento imanentista, Saussure acabou, portanto, por isolar o sistema linguístico de tudo que lhe fosse exterior, prescindindo da consideração de fatores históricos, antropológicos, etnográficos, sociológicos e psicológicos. Essencial para os estudos linguísticos seria, portanto, tratar a língua como um sistema autônomo e homogêneo, dirimindo por completo o papel da história e da estrutura heterogênea da sociedade.

No gerativismo, cujo maior representante é Chomsky (1957, 1965, 1986, 1995, 2000), também encontramos uma postura totalmente formalista e imanentista acerca da língua. O grande objetivo do gerativismo é tentar formalizar um sistema de regras e princípios que dêem conta da produção sistemática e infinita de enunciados gramaticais na língua. Igualmente o gerativismo chomskiano promoveu uma cisão entre a língua e fala, atribuindo à primeira a denominação competência e à segunda a denominação desempenho. No gerativismo, há o interesse pelo estudo da competência de um falante-ouvinte ideal, ou seja, a intenção é buscar os princípios inatos que seriam subjacentes a qualquer falante da língua. Desse modo, o modelo gerativista também não assume fatores de ordem social, excluindo de sua análise os falantes e sua complexa realidade histórico-social, uma vez que a língua se refere, para essa teoria, à competência de um falante/ouvinte ideal, que faria parte de uma comunidade linguística completamente homogênea. Segundo Roberts e Roussou (2003, p. 13), o gerativismo parte de uma abstração desses fatores, enfocando os processos de mudança linguística como uma relação apenas entre sistemas gramaticais.

No caso da tradução, as abordagens formalistas analisadas acima exerceram uma influência bastante pontual, principalmente no que se refere à noção de equivalência. A partir da década de 1950, houve uma busca de subsídios teóricos na linguística formalista para se defender a noção de equivalência. Como destaca Oliveira (2007, p.98), a atividade tradutória realmente esteve circunscrita, por um longo período, à importância dada à língua/ao texto de partida. Nesse sentido, baseando-se na linguística formalista,

---

<sup>1</sup> Compreende-se por Linguística estrutural um conjunto de trabalhos que se pautam na noção de que a língua é uma entidade autônoma, devendo ser estudada apenas como sistema/estrutura.

estabeleceu-se como teoria a “Ciência da Tradução”, cuja intenção era analisar a tradução sob uma perspectiva de sistematicidade (cf. GENTZLER, 1993). Nida (1964), Catford (1980) e Wilss (1982) foram os três mais representativos pesquisadores da área da tradução que assumiram como base epistemológica a visão imanentista e formalista do estruturalismo e do gerativismo.

A abordagem desenvolvida por Nida (1964) baseava-se, inclusive, na gramática gerativa proposta por Chomsky. Nida (1964), pautando-se no modelo de Chomsky, adotou a diferença entre estrutura profunda (forma abstrata subjacente que determina o significado da frase) e estrutura superficial (representação do símbolo físico que produzimos ou ouvimos). Ele propôs, nesse sentido, o conceito de “equivalência dinâmica”, partindo do princípio de que a mensagem original, quando traduzida, deveria expressar os mesmos efeitos no público-alvo.

Também Catford (1980) assumiu que o problema central da tradução seria a busca por equivalentes. Sob essa perspectiva, o teórico considera que a tradução envolveria a equivalência textual – a partir da qual qualquer texto na língua de chegada deveria ser equivalente à sua realização original na língua de partida – e a correspondência ou equivalência formal – a partir da qual qualquer categoria gramatical presente na língua de partida deveria se tornar equivalente na língua de chegada.

Já o trabalho de Wilss (1982) se pauta na noção de universais linguísticos defendida por Chomsky (1957, 1965, 1986, 1995, 2000), para quem o homem viria com algum equipamento inato, que lhe permitiria adquirir, nos primeiros anos de vida, a língua de seu ambiente familiar. Assumindo a capacidade inata da linguagem e a consequente existência de universais linguísticos, Wilss (1982) considera que a tradução seria uma transferência interlingual, ou seja, entre línguas. Sob essa perspectiva, ele postula a noção de equivalência como sendo um mecanismo básico e essencial na tradução.

Com o passar do tempo, temos observado um redimensionamento e, até mesmo, um questionamento da noção de equivalência por parte de diversos teóricos. A partir da abordagem histórico-descritiva, a tradução estabeleceu-se como uma disciplina independente e passou a ser reconhecida pela denominação “Estudos da Tradução” – termo proposto por Holmes (1972). Com os estudos de base histórico-descritiva – liderados, principalmente, por James Holmes (1972), Itamar Even-Zohar (1978), Gideon Toury (1980), Theo Hermans (1985), Susan Bassnett (1991) e André Lefevere (1992) –, a noção de equivalência começou a ser questionada, pois começaram a ser levados em

consideração os aspectos sócio-culturais que envolveriam o tradutor e a efetivação do ato tradutório.

Traçando novamente um paralelo entre o desenvolvimento da Linguística e o desenvolvimento dos Estudos da Tradução, podemos novamente perceber evidentes pontos de contato. A partir da década de 1960, começam a se estabelecer, de forma mais pontual e ampla, os estudos funcionalistas da linguagem. Como funcionalismo – também reconhecido como pós-estruturalismo – entendem-se todas as abordagens linguísticas que concebem, antes de tudo, a língua como um instrumento de comunicação, isto é, a língua não pode ser analisada como um objeto autônomo e descontextualizado. A língua passa a ser tratada, a partir dessa perspectiva, como uma estrutura maleável e sujeita a pressões oriundas das diferentes situações comunicativas, que ajudariam, nesse caso, a determinar sua estrutura gramatical (cf. KENNEDY; MARTELOTTA, 2003). Atualmente, diversas subáreas da Linguística são reconhecidas como funcionalistas, a saber: Sociolinguística Variacionista, Sociolinguística Interacional, Pragmática, Linguística Textual, Sociocognitivismo, Análise do Discurso etc. Vemos, portanto, que o funcionalismo alterou radicalmente o paradigma a partir do qual se erigiam os estudos linguísticos, uma vez que o foco de análise deixou de ser apenas a língua considerada enquanto sistema e estrutura.

No caso da tradução, a noção de equivalência também tem sido rediscutida e redefinida, já que a relação texto/sociedade/ideologia passou a ser considerada como aspecto fundamental da atividade tradutória (cf. BAKER, 2000). Nesse sentido, a grande contribuição dos teóricos integrantes da abordagem histórico-descritiva nos Estudos da Tradução tem sido justamente – com base em estudos realizados na área de literatura comparada – questionar a noção de equivalência ao considerarem que a tradução e, conseqüentemente, o texto de partida e o texto de chegada podem apenas ser considerados a partir de uma perspectiva contextualizada e histórica. É importante destacar que, na abordagem histórico-descritiva, a ênfase passa a ser dada ao texto traduzido e às situações que envolvem o tradutor durante o processo tradutório. Como ressalta Oliveira (2007, p. 103), os representantes da abordagem histórico-descritiva defendem que, em toda tradução, há manipulação do texto fonte para um propósito definido:

Nessa linha, a ênfase é dada à recepção do texto traduzido e às situações que envolvem o tradutor durante o processo tradutório. A manipulação do texto pelo tradutor é tida como característica da atividade e, portanto, algo que deve ser reconhecido. O texto traduzido ganha vida própria, rompe as barreiras que o limitavam a texto secundário e torna-se fato histórico por si só. As palavras de ordem são 'reescritura', 'descrição', 'história', 'cultura'. (OLIVEIRA, 2007, p.103)

Uma das grandes contribuições tem sido, inclusive, a noção de reescritura, proposta por Lefevere (1992), que parte do princípio de que há uma relação estrita entre a

tradução e o processo de manipulação cultural. Ao levantar a questão da reescritura, o autor discute a multiplicidade de leituras a que se submete um texto em sua tradução. Vemos, portanto, que toda atividade tradutória é precedida por uma leitura e por uma consequente interpretação do texto original. Como o tradutor traz consigo uma formação discursiva que é diversa da formação discursiva do autor do original, já podemos verificar que um processo de equivalência estrita não é possível. Como veremos na última seção deste artigo, acreditamos que, embora este fator seja fundamental, ele não é o único. Conforme defendemos neste trabalho, além de a tradução constituir uma leitura/interpretação que realiza o tradutor – o que já permite que se questione a noção de equivalência –, uma questão mais ampla permite refutar uma possível equidade entre a língua/o texto de partida e a língua/o texto de chegada: cada dialeto e/ou socioleto é único e, conseqüentemente, é impossível se recuperar a heterogeneidade linguístico-social que compõe a língua/o texto de partida no processo de tradução.

Além da contribuição da abordagem histórico-descritiva no redimensionamento da noção de equivalência, também a abordagem desconstrutivista tem colaborado muito para que esse conceito seja redefinido e, até mesmo, totalmente questionado. O desconstrutivismo – cujo principal representante é o pensador e escritor francês Jacques Derrida – é uma abordagem de cunho filosófico que parte do questionamento dos principais princípios e pressupostos a partir dos quais se estabeleceu o estruturalismo. Baseando-se nos conceitos de sujeito e linguagem propostos pelo psicanalista francês Jacques-Marie Émile Lacan e nos estudos do filósofo francês Michael Foucault sobre o discurso, Derrida estabelece o conceito de diferença (*différance*) a fim de questionar as dicotomias estabelecidas por Saussure (1916), voltando-se mais pontualmente para a crítica das noções de significante e significado. Derrida (1985) posiciona-se totalmente contra a noção de estabilidade do signo linguístico. Nesse sentido, ele parte do princípio de que o sujeito é uma construção discursiva, histórica, instável e provisória e, como consequência, posiciona-se contra a idéia de que há um sujeito transcendental, estável e ontológico. A língua, o discurso e, obviamente, a produção de significados não seriam, para ele, dados aprioristicamente. Vemos, portanto, que o desconstrutivismo atua na dessacralização do texto de partida, uma vez que traduzir significaria promover intervenções no texto original. E, nesse contexto, obviamente também não há lugar para a noção estrita de equivalência.

### 3. A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA E A HETEROGENEIDADE LINGUÍSTICO-SOCIAL

Conforme foi discutido acima, a Linguística vivenciou – a partir do estruturalismo e do gerativismo – um longo período em que a prioridade era dada ao estudo da língua fora de seu contexto histórico-social. Com o advento do funcionalismo, um novo paradigma se estabeleceu nos estudos linguísticos, já que se passou a considerar a língua como objeto contextualizado e estabelecido a partir das práticas discursivas. Nesse cenário, em 1968, houve a publicação da obra *“Empirical foundations for a theory of language change”*, cuja autoria é de Uriel Weinreich, William Labov e Marvin Herzog. Em sua obra, os autores assumem uma postura nitidamente contrária à visão imanentista defendida, por um longo período, pelo estruturalismo e pelo gerativismo. Weinreich, Labov e Herzog (1968) tentam romper com a associação estabelecida por Saussure (1916) entre sincronia e sistematicidade. Em seu *“Curso de Linguística Geral”*, Saussure (1916) defende que a diacronia – e, conseqüentemente, os processos de variação e mudança linguística – não seriam sistemáticos, não devendo, portanto, integrar o escopo da Linguística. Ao excluir a variação e a mudança, estava Saussure (1916) abdicando paralelamente da consideração de aspectos sócio-históricos, uma vez que ele tratava a língua simplesmente com um sistema que se estabeleceria a partir de um conjunto de relações internas e estruturais. Essa postura de Saussure (1916) pode ser facilmente explicada quando consideramos que ele assumiu como objeto da Linguística a língua, e não a fala, que é justamente o *locus* da variação linguística.

Diante da perspectiva assumida pelos estudos estruturalistas, Weinreich, Labov e Herzog (1968) publicaram seu texto programático, que, ainda hoje, é considerado o marco inicial da Sociolinguística Variacionista. Em sua obra, os autores defendem veementemente o princípio da heterogeneidade sistemática, que determina que todo processo de variação e mudança linguística se dá de forma regular e sistematizada. O que defendem os autores é a prevalência do estudo da fala/do discurso, destacando que todo processo de variação e mudança na língua é condicionado e estabelecido a partir da influência de fatores de natureza linguística (fatores intralinguísticos) e social (fatores extralinguísticos). A variação e a mudança para eles não é, portanto, obra do acaso ou obra de apenas um indivíduo ou de alguns indivíduos. Na verdade, se a natureza da sociedade é heterogênea, é natural que a língua e, mais propriamente, a fala reflitam essa heterogeneidade. Desde a publicação desta obra fundadora de Weinreich, Labov e Herzog (1968), a Sociolinguística Variacionista tem se destacado como um aporte teórico-metodológico que tem conseguido – principalmente, através dos principais trabalhos posteriores de Labov (1972, 1982, 1994, 2001) – dar conta de muitas questões importantes.

O objeto de análise da Sociolinguística Variacionista é, portanto, a ocorrência linguística de processos de variação e mudança. Nesse sentido, é fundamental destacar que, enquanto a variação envolve a coexistência e a competição entre formas alternativas – chamadas de variantes linguísticas –, a mudança envolve a prevalência de uma das variantes em detrimento das demais. Desse modo, todo processo de mudança linguística pressupõe a ocorrência anterior de um processo de variação, ao passo que nem todo processo de variação chegará à efetivação de uma mudança, já que podem ocorrer, em qualquer língua, casos de variação estável, em que duas ou mais variantes convivem por um longo período.

Quando analisamos criticamente as contribuições da Sociolinguística Variacionista para os estudos linguísticos, não podemos deixar de considerar que o resgate de aspectos sociais e, até mesmo, históricos foi fundamental. Além de se dedicar pontualmente ao estudo de processos sincrônicos de variação e processos diacrônicos de mudança, a Sociolinguística Variacionista ainda se dedica à análise de situações de contato linguístico a fim de compreender os fatores propulsores do processo de variação e, conseqüentemente, de mudança. Como destaca Kroch (2001), as situações de contato linguístico fomentariam a inserção de variantes num determinado sistema linguístico. Estudar a variação e a mudança significa, nesse caso, estudar a identidade dos falantes, uma vez que o uso de cada variante linguística está intimamente relacionado ao papel social desempenhado por cada estrato social em uma dada comunidade linguística.

Desse modo, os processos de variação e mudança linguística indicam que as línguas se encontram, no decurso tempo, em um constante fluxo de transformação, isto é, as línguas não constituem realidades estáticas e homogêneas. Assim, construções que existiam em uma determinada época não ocorrem mais ou, então, têm sua forma, sua função e/ou seu significado modificados. Embora esse fenômeno seja uma realidade que caracterize qualquer língua, os falantes não conseguem perceber sua dinamicidade, já que toda mudança se apresenta como um processo lento e gradual, que nunca atinge a língua, em sua totalidade, de uma só vez. A configuração histórica de qualquer língua constrói-se, pois, a partir de um complexo jogo de manutenção e permanência, reforçando a imagem de estabilidade que os falantes, geralmente, têm a seu respeito (cf. CUNHA LACERDA, 2009).

Vemos, assim, que, assumindo a tarefa de estudar a covariação sistemática entre a estrutura linguística e a estrutura social ou, até mesmo, uma relação de causalidade entre essas dimensões (BRIGHT, 1974, p. 17; BYNON, 1977, p. 199), a Sociolinguística Variacionista promoveu um redirecionamento dos estudos linguísticos, tratando a língua

como um sistema heterogêneo. A posição da Sociolinguística Variacionista em relação ao tratamento da variação e da mudança linguística vem a ser, portanto, nitidamente contrária aos modelos tanto do estruturalismo como do gerativismo, uma vez que ela não exclui os fatores sócio-históricos na compreensão central da mudança linguística (cf. MATTOS; SILVA, 1999; CHAMBERS; TRUDGILL, 2004).

Buscando contribuir para a sistematização da Sociolinguística Variacionista, Coseriu (1980) estabelece que a variação linguística pode ser percebida sob quatro diferentes perspectivas, a saber: a) a variação diacrônica; b) a variação diatópica; c) a variação diastrática; d) a variação diafásica. Vejamos abaixo como se processa cada um dos quatro tipos de variação.

A variação diacrônica (do grego: *dia* + *khronos* = “através de” + “tempo”) compreende as mudanças pelas quais a língua passa ao longo do tempo. Como a língua é um fenômeno eminentemente social, é natural que, assim como a sociedade, ela se modifique como o tempo. A mudança linguística está relacionada, assim, ao (des)aparecimento de construções e às alterações fonéticas, morfo-sintáticas e semânticas.

Por sua vez, a variação diatópica (do grego: *dia* + *topos* = “através de” + “lugar”) está relacionada à variação da língua de acordo com o espaço. Isto quer dizer que a língua apresenta, de acordo com a região, uma grande variabilidade. Essa variação da língua de acordo com a região está diretamente ligada a fatores sócio-históricos, tais como fluxos migratórios e imigratórios e contatos linguísticos.

Já a variação diastrática (do grego: *dia* + *stratos* = “através de” + “nível”) compreende fatores de natureza social, tais como nível de escolaridade, idade e sexo do falante. A linguagem é, portanto, influenciada diretamente pela estrutura social. De acordo com Le Page (1980), a linguagem é o índice por excelência da identidade, e as escolhas linguísticas estão intimamente associadas às múltiplas dimensões constitutivas da identidade social e aos múltiplos papéis sociais que o usuário assume na comunidade de fala.

Por fim, a variação diafásica (do grego: *dia* + *phasis* = “através de” + “discurso”) refere-se às diferenças observadas na fala de um mesmo indivíduo, de acordo com a situação comunicativa em que ele se encontra, ou seja, são diferenças linguísticas determinadas pelas condições extra-verbais que cercam o ato de fala, como, por exemplo, o assunto tratado, o tipo de ouvinte, a relação entre os interlocutores, o estado emocional do falante, o grau de formalidade do discurso.

Vemos, pois, que a língua é dinâmica e comporta uma grande multiplicidade de variedades linguísticas. Nesse contexto, cabe à Sociolinguística Variacionista a tarefa de

demonstrar como cada variedade linguística – desde a mais formal até a menos formal – está diretamente relacionada ao seu contexto de uso.

#### 4. REDISCUTINDO A NOÇÃO DE EQUIVALÊNCIA A PARTIR DA SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

A noção de equivalência, como vimos, configura-se como um dos grandes problemas na área dos Estudos da Tradução. Por um longo período, a partir dos modelos propostos pelo estruturalismo e pelo gerativismo, se considerou que a atividade tradutória consistia em um simples processo de recodificação do texto de partida na língua de chegada, ou seja, a tradução era considerada fundamentalmente um processo de busca de equivalentes em dois sistemas linguísticos.

Como também pudemos ver, a noção estrita de equivalência tem sido questionada tanto pela abordagem histórico-descritiva da tradução como pela abordagem desconstrutivista. A tradução tem sido, cada vez mais, considerada um processo histórico-social e discursivo, que deve ser pensado a partir de uma perspectiva dinâmica e dialógica. A noção de reescritura (LEFEVERE, 1992) tem contribuído muito para que a atividade tradutória seja pensada como uma atividade discursiva, já que o papel do tradutor não se circunscreve a uma mera transposição de códigos linguísticos, mas está diretamente relacionado à construção de um discurso que se volta para um contexto sócio-político-cultural que é diverso daquele em que o original foi produzido. Como destacam Pontes Jr. e Batalha (2005), tradução é uma das grandes responsáveis por introduzir culturas diversas através da língua. Ou seja, a língua não é um fim em si mesma na tradução, mas sim um meio de permitir o contato entre culturas e realidades diversas. Além disso, conforme estabelece Hermans (1985), há uma relação bastante clara entre tradução e manipulação, já que toda atividade tradutória acabaria por revelar um certo grau de manipulação do texto de partida.

Desse modo, quando traduzimos, estamos lidando não apenas com textos, mas com discursos (cf. SOBRAL, 2008), já que novas relações discursivas são estabelecidas justamente durante a tradução. Isso se explica pelo próprio fato de o tradutor – antes de ser um tradutor – atuar como um leitor/intérprete do texto original. E, nesse caso, é fundamental considerar que o autor do original e o tradutor possuem experiências de vida distintas, o que os levar a possuir discursos também diferentes. Isso nos faz considerar que, claramente, a tradução se configura como uma prática discursiva, já que um novo discurso – o discurso do tradutor – se estabelece a partir da existência de um discurso prévio – o discurso do autor do original.

Por si só, as considerações acima justificariam que não há lugar, nos Estudos da Tradução, para a noção de equivalência, tal como ela tem sido defendida ao longo do tempo. Entretanto, acreditamos que, a partir dos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista, é possível ratificar ainda mais a sua fragilidade. Como vimos acima, a Sociolinguística Variacionista parte do pressuposto de que há uma indissociável relação entre a língua e a sociedade. O mesmo, nesse caso, valeria para os dialetos e socioletos. Por dialeto entende-se a realização diatópica/regional de uma dada variedade linguística, ou seja, os falantes, agrupados em comunidades linguísticas, marcariam regionalmente a sua forma de falar. E as particularidades regionais não seriam fortuitas e/ou aleatórias, mais estariam pautadas na própria constituição sócio-histórica dos dialetos, a partir da ocorrência, por exemplo, de situações de contato linguístico e de processos de migração e imigração. Desse modo, somente estudando a história social de um dialeto, podemos estabelecer como a sua identidade se estabeleceu ao longo do tempo. Já o socioleto se configura como a forma de falar de cada agrupamento linguístico com base, por exemplo, em sua classe social e seu grau de escolarização. Os socioletos – que são representados, nos termos de Coseriu (1980), pela variação diastrática – também atuariam como um índice de identidade, uma vez que os falantes se identificam quanto à sua forma de falar a partir da percepção de que se aproximam do ponto de vista social.

Vemos, desse modo, que toda variedade linguística é marcada social e historicamente, configurando-se como um índice de identidade entre os falantes. Não há, assim, dialetos e socioletos idênticos. Cada comunidade linguística estabelece, ao longo do tempo, a(s) sua(s) variedade(s) linguística(s) com base em fatores de natureza eminentemente social. No caso da tradução, esta questão se torna pontual: se não há línguas idênticas e, muito menos, dialetos e socioletos que se igualem, como é possível conceber a atividade tradutória como um processo de equivalência, que se pauta no princípio da equidade? Se não há igualdade entre culturas e variedades linguísticas, como poderemos recuperar totalmente a língua/o texto de partida na língua/no texto de chegada?

Nesse cenário, o papel do tradutor acaba sendo o de intermediar culturas/variedades linguísticas diversas, buscando, em cada atividade tradutória em particular, as melhores opções e soluções de acordo com o propósito a que se destina a tradução. Em relação a esta questão, assumem uma importância fundamental os conceitos de estrangeirização e domesticação, sistematizados por Venuti (1995). Segundo o autor, a estrangeirização consiste na busca pela permanência das diferenças linguístico-culturais que caracterizam o texto de partida. Nesse caso, o tradutor se torna visível no processo de tradução. Já a domesticação envolve, por parte do tradutor, uma adaptação do texto de

partida ao contexto cultural do texto de chegada, desconsiderando os mais relevantes aspectos culturais que caracterizam a língua/o texto de partida, o que contribuiria, inclusive, para a sua invisibilidade.

Conforme discutimos acima, uma recuperação total e estrita dos dialetos e socioletos que compõem o discurso do texto de partida não seria possível no processo tradutório, já que o tradutor sempre lida com realidades linguístico-culturais diversas. Se cada dialeto e socioleto reflete a heterogeneidade social que caracteriza cada língua ou comunidade linguística, não é possível ao tradutor recuperar fielmente essa heterogeneidade linguístico-social. Por mais que o tradutor busque na língua de chegada uma variedade linguística parecida ou, até mesmo, correlata àquela que caracteriza o texto fonte, ele nunca estará refletindo a mesma realidade sócio-histórico-cultural. Nesse contexto, como defendemos neste trabalho, o tradutor acabará tendo que optar – de acordo com o contexto em que ele se insere e com os objetivos específicos da tradução que está realizando – por uma postura estrangeirizante ou domesticadora. Como uma recuperação dialetal e/ou socioletal não é possível no sentido estrito, terá o tradutor que, de alguma forma, privilegiar aspectos sócio-culturais do texto/da língua de partida ou do texto/da língua de chegada. E, nesse cenário, a Sociolinguística Variacionista vem contribuir com a área dos Estudos da Tradução ao permitir que importantes conceitos, como a equivalência, sejam rediscutidos e redefinidos do ponto de vista teórico.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme vimos, a noção de equivalência ainda permanece, na área dos Estudos da Tradução, como uma questão que tem gerado muitas discussões. A noção clássica de equivalência, que está pautada nos pressupostos tanto do estruturalismo como do gerativismo, traz consigo uma grande problemática, uma vez que se constrói a partir da possibilidade de se estabelecer uma equivalência entre sistemas linguísticos distintos, representados, nesse caso, pela língua de partida e pela língua de chegada. Além disso, a noção clássica de equivalência não leva em consideração os aspectos de natureza social-histórico-cultural que integram a atividade tradutória. Com o advento da abordagem histórico-descritiva e do desconstrutivismo, iniciou-se um processo mais pontual de questionamento da noção de equivalência. Conceitos como reescritura (LEFEVERE, 1992) e manipulação (HERMANS, 1985) contribuíram, de forma bastante incisiva, para se tratar a atividade tradutória como uma prática discursiva que envolve a consideração do contexto em que se realiza a tradução.

Considerando que a noção de equivalência ainda traz consigo muitas controvérsias, procuramos, neste trabalho, discutir como o aporte teórico da Sociolinguística Variacionista pode contribuir para corroborar que a noção clássica de equivalência realmente não dá conta da atividade tradutória. Como defendemos ao longo do artigo, cada variedade linguística reflete, de maneira bastante particular, a realidade sócio-histórico-cultural da comunidade linguística que a utiliza. Desse modo, por mais que o tradutor busque equivalências entre a língua de partida e a língua de chegada, nunca haverá uma representação efetiva e total da(s) variedade(s) linguística(s) que caracteriza(m) o texto original, ou seja, o tradutor não poderá refletir, em sua plenitude, o(s) dialeto(s) e/ou o(s) socioleto(s) que buscou o autor do original representar em sua obra. Diante dessa intradutibilidade, o tradutor naturalmente se vê diante da seguinte dicotomia: buscar a estrangeirização ou a domesticação no processo tradutório.

Com base em toda a discussão empreendida neste trabalho, propomos, então, que a noção clássica de tradução – pautada na busca de equivalências entre sistemas linguísticos estruturalmente distintos – seja realmente repensada e redefinida. Em vez de se buscar a equivalência entre línguas, propomos a noção de equivalência pragmática. Como acreditamos, o tradutor, ao verificar que tem diante de si duas realidades sócio-culturais distintas – representadas, nesse caso, pela língua/cultura de partida e pela língua/cultura de chegada – deve analisar mais pontualmente a natureza dessas diferenças e procurar estabelecer, do ponto de vista pragmático, a reinserção do texto de partida na cultura de chegada. Lembramos aqui que a Pragmática constitui a subárea da Linguística que parte do pressuposto de que a língua somente pode ser estudada a partir de seu contexto de uso, levando-se em consideração as relações de interlocução entre os falantes e as mais diversas intenções comunicativas que subjazem ao uso da língua. Se assim proceder o tradutor, ele estará naturalmente caminhando, do ponto de vista linguístico, para uma perspectiva mais contextualizada, que levará em conta que a língua é dinâmica e multifacetada. E, sob essa ótica, o tradutor deve levar em consideração os aspectos sociolinguísticos da tradução, partindo do princípio de que são possíveis correspondências entre dialetos e socioletos distintos, mas nunca o estabelecimento estrito de equivalências.

## REFERÊNCIAS

BAKER, Mona. Towards a methodology for investigating the style of a literary translator. *Target*, v.12, n.2, p. 241-266, 2000.

BASSNETT, Susan. *Translation studies*. London: Methuen, 1991.

- BRIGHT, William. As dimensões da sociolinguística. In: FONSECA, M.S.V.; NEVES, M.F. (Org.). **Sociolinguística**. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado Tijuca, 1974.
- BYNON, Theodora. **Historical linguistics**. London: Cambridge University Press, 1977.
- CATFORD, John C. **Uma teoria linguística da tradução**: um ensaio em linguística aplicada. Tradução do Centro de Especialização de Tradutores de Inglês do Instituto de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. São Paulo: Cultrix; Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1980.
- CHAMBERS, J.K.; TRUDGILL, Peter; SCHILLING-ESTES, Natalie. **The Handbook of language variation and change**. Oxford: Blackwell, 2004.
- CHOMSKY, Noam. **Syntactic structures**. The Hague: Mouton, 1957.
- \_\_\_\_\_. **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge: The MIT Press, 1965.
- \_\_\_\_\_. **Knowledge of language: its nature, origin, and use**. New York: Praeger, 1986.
- \_\_\_\_\_. **The minimalist program**. Cambridge: The MIT Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. **New horizons in the study of language and mind**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- COSERIU, Eugenio. **Lições de linguística geral**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- CUNHA LACERDA, Patrícia Fabiane Amaral. **A língua portuguesa em Juiz de Fora no século XIX**: uma investigação sócio-histórica do falar da Zona da Mata Mineira. Relatório de Pós-doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- DERRIDA, Jacques. Des tours de Babel. In: GRAHAM, Joseph F. (Ed.). **Difference in translation**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1985.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. **Papers in historical poetics**. Tel Aviv: Porter Institute for Poetics & Semiotics, 1978.
- GENTZLER, Edwin. **Teorias contemporâneas da tradução**. Trad. de Marcos Malvezzi. São Paulo: Madras, 2009 [1993].
- HERMANS, Theo. **The manipulation of literature**: Studies in Literary Translation. Beckenham: Croom Helm, 1985.
- HOLMES, James S. The Name and Nature of Translation Studies. In: **Translated papers on literary translation and translation studies**. Amsterdam: Rodopi, 1988 [1972].
- KROCH, Anthony. Syntactic change. In: BALTIN, M. & C. COLLINS (eds.): **The handbook of contemporary syntactic theory**. Malden, MA: Blackwell, 2001.
- LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: Philadelphia University Press, 1972.
- \_\_\_\_\_. Building on empirical foundations. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Ed.). **Perspectives on historical linguistics**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Principios del cambio lingüístico**. v. 1. Trad. de Pedro Martín Butragueño. Madrid: Gredos, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Principles of linguistic change**. v. 1 e 2. Malden/Mass: Blackwell, 2001.
- KENEDY, Eduardo; MARTELOTTA, Mário Eduardo. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica et. al. (Org.). **Linguística funcional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A / Faperj, 2003.
- LEFEVERE, André. (Ed.). **Translation/history/culture**: a sourcebook. London: Routledge, 1992.
- LE PAGE, Robert B. Projection, focusing and diffusion. **York Papers in Linguistics**, v.9, p.9-31, 1980.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Orientações atuais da linguística histórica brasileira. **DELTA**, v.15, 1999.
- NIDA, Eugene. **Toward a Science of Translation**. Leiden: E. J. Brill, 1964.

- OLIVEIRA, Alessandra Ramos. Equivalência: sinônimo de divergência. **Cadernos de Tradução**. (UFSC), n. 19, 2007.
- PONTES JR, Geraldo Ramos; BATALHA, Maria Cristina. A tradução como prática da alteridade. **Cadernos de Tradução** (UFSC), Florianópolis, v. XIII, 2005.
- ROBERTS, Ian; ROUSSOU, Anna. **Syntactic Change**: a minimalist approach to grammaticalisation. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- RODRIGUES, Cristina Carneiro. **Tradução e diferença**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1977 [1916].
- SOBRAL, Adail. **Dizer o mesmo a outros**: ensaios sobre tradução. São Paulo: Special Books, 2008
- TOURY, Gideon. **In search of a theory of translation**. Tel Aviv: The Porter Institut, 1980.
- VENUTI, L. **The translator's invisibility**. London/New York: Routledge, 1995.
- WEINREICH, Uriel.; LABOV, Weinreich; HERZOG, Marvin. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Ed.). **Directions for historical linguistics**. Austin: University of Texas Press, 1968.
- WILSS, Wolfram. **The science of translation**: problems and methods. Tübingen: Narr, 1982.

---

*Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda*

Pós-doutora em Linguística pela UFMG. Doutora em Linguística pela UFMG. Professora do Bacharelado em Letras: Ênfase em Tradução – Inglês da Universidade Federal de Juiz de Fora. Professora do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora.